

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas

Adriano Fagundes Barbosa

**Criando patrimônio: principais investimentos de renda fixa para pessoa física
com baixo capital de investimento**

Belo Horizonte

2018

Adriano Fagundes Barbosa

CRIANDO PATRIMÔNIO:

principais investimentos de renda fixa para pessoa física com baixo capital de investimento

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica.

Orientadora: Prof. Dr. Ricardo Teixeira Veiga

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

2018

Ficha catalográfica

B238c
2018

Barbosa, Adriano Fagundes.
Criando patrimônio [manuscrito] : principais investimentos de
renda fixa para pessoa física com baixo capital de investimento /
Adriano Fagundes Barbosa. – 2018.
24 f.: il.

Orientador: Ricardo Teixeira Veiga.
Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 23-24).

1. Investimentos – Administração. I. Veiga, Ricardo Teixeira.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-
Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Curso de Especialização em Gestão Estratégica

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do Senhor **ADRIANO FAGUNDES BARBOSA**, REGISTRO Nº **2017708644**. No dia 23/10/2018 às 17:30 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Estratégica - CEGE, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "**CRIANDO PATRIMÔNIO: PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA PARA PESSOA FÍSICA COM BAIXO CAPITAL DE INVESTIMENTO**", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, o orientador e Presidente da Comissão, Professor Ricardo Teixeira Veiga, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao aluno para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do aluno. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do aluno e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

APROVADO

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA - PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS

() NÃO APROVADO

100 pontos (CEM) trabalhos com nota maior ou igual a 60 serão considerados aprovados.

O resultado final foi comunicado publicamente ao aluno pelo orientador e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 23/10/2018.

Prof. Ricardo Teixeira Veiga
(Orientador)

Prof. Márcio Augusto Gonçalves

RESUMO

O gerenciamento estratégico, via de regra, é largamente aplicado no cenário empresarial, onde há diversas literaturas e pesquisas para que os profissionais das empresas sejam cada vez mais qualificados e entreguem resultados sucessivamente satisfatórios para as instituições. Todavia o gerenciamento estratégico também pode, e deve ser visto em um contexto individual ou mesmo doméstico. Ora, a saúde financeira de uma sociedade, além das empresas, tangencia também a vida dos indivíduos que nela estão inseridos.

O gerenciamento dos ganhos de um indivíduo vai além do aporte que o mesmo possui. O que é realmente relevante para um controle das finanças pessoais passa pelo balanço patrimonial, pelo fluxo de caixa, pela distinção entre ativos e passivos e pela escolha dos instrumentos de investimento.

No Brasil, a educação financeira é deficitária, ou mesmo inexistente, na formação acadêmica básica e média. Diante desse cenário faz-se necessário um estudo para que pessoas que tenham rendas pequenas consigam gerenciar suas finanças e consigam gerar patrimônio. Esse artigo trata dos principais investimentos e com fácil acesso para pessoas com pequenos capitais

Palavras chave: economia básica, economia doméstica, investimentos, balanço patrimonial, fluxo de caixa, poupança, valor do dinheiro no tempo, retorno de aplicação, risco do investimento, liquidez, fundo garantidor de crédito, certificado de depósito interbancário, ações, fundos, CDB, LCI, LCA, CRI, CRA, debêntures, tesouro direto.

ABSTRACT

Strategic management, as a rule, is widely applied in the business scenario, where there are several literatures and researches so that professionals in companies can become increasingly qualified and deliver consistently satisfactory results to institutions. However, strategic management can and should also be seen in an individual or even domestic context. After all, the financial health of a society, in addition to companies, also affects the lives of the individuals within it.

The management of an individual's earnings goes beyond the income they possess. What is really relevant for personal finance control involves the balance sheet, cash flow, distinction between assets and liabilities, and the choice of investment instruments.

In Brazil, financial education is deficient, or even non-existent, in basic and secondary education. In this scenario, it is necessary to study so that people with small incomes can manage their finances and generate wealth. This article deals with the main investments that are easily accessible to people with small capital.

Keywords: basic economics, domestic economy, investments, balance sheet, cash flow, savings, time value of money, return on investment, investment risk, liquidity, credit guarantee fund, interbank deposit certificate, stocks, funds, CDB, LCI, LCA, CRI, CRA, debentures, direct treasury.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Opção de investimento da população brasileira em 2016	11
Gráfico 2 - Relação entre risco e retorno	14

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela do IOF	20
Tabela 2 - Alíquota de Imposto de Renda.....	20
Tabela 3 - Título privados de renda fixa	27
Tabela 4 - Títulos públicos de renda fixa.....	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ECONOMIA DOMÉSTICA	9
3	INVESTIMENTOS: PRINCIPAIS CONCEITOS	12
3.1	Investimento	12
3.2	Valor do dinheiro no tempo.....	13
3.3	Retorno e risco do investimento.....	13
3.4	Liquidez	14
3.5	Análise do perfil do investidor	15
3.6	Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	15
3.7	Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	16
4	METODOLOGIA	16
5	PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE INVESTIMENTOS	17
5.1	Investimentos de curto prazo.....	17
5.2	Ações ordinárias e ações preferenciais	17
5.3	Fundos mútuos	17
5.4	Imóveis e tangíveis	18
5.5	Títulos de renda fixa	18
6	TÍTULOS PRIVADOS DE RENDA FIXA	19
6.1	Certificado de Depósito Bancário (CDB).....	19
6.2	Letra de Câmbio (LC)	21
6.3	Letra de Crédito Imobiliário (LCI).....	21
6.4	Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).....	22
6.5	Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	22
6.6	Certificado de recebíveis agrícolas (CRA)	23
6.7	Debêntures	23

7	TÍTULOS PÚBLICOS DE RENDA FIXA	25
7.1	Tesouro Direto	25
8	CONCLUSÃO - ELABORANDO PLANOS DE INVESTIMENTOS	27
	REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Na academia e na literatura, existem muitos materiais que abordam os temas de macro e micro-economia e de economia aplicada nas empresas. Por outro lado, o tema de economia pessoal é tratado em segundo plano. No Brasil, os conceitos de renda, despesas, poupança e investimento não fazem, via de regra, parte do processo educacional nos sujeitos. Embora simplistas, os livros de autoajuda tendem a ser o recurso mais acessível para o planejamento e controle das finanças pessoais.

Essa deficiência no ensino de economia básica contribui para a configuração de uma sociedade sem controle financeiro, que compromete grande percentual da sua renda com empréstimos e financiamentos, consumo descontrolado e investimentos mal planejados.

2 ECONOMIA DOMÉSTICA

Segundo Macedo (2013), orçamento familiar – ou economia familiar ou mesmo doméstica – pode ser definido como um plano de gastos e poupança na esfera familiar.

Marques e Neto (2016) definem finanças pessoais como o processo de gestão dos recursos financeiros de um indivíduo ou de uma família, a fim de construir uma vida financeiramente estável, tanto na fase produtiva quanto na aposentadoria.

Na economia pessoal, o quanto se ganha não é o fator mais relevante para a estabilidade financeira. Suponha-se que um indivíduo tenha renda líquida de R\$ 15.000,00/mês e consumo de R\$ 15.000,00/mês sem realizar nenhuma poupança ou nenhum tipo de investimento. Já outro indivíduo tem um terço da renda do primeiro, ou seja, R\$ 5.000,00/mês, todavia seu consumo totaliza R\$ 4.000,00/mês e os R\$ 1.000,00 restantes são aplicados em um fundo que lhe rende 0,7% ao mês. Apesar de o primeiro indivíduo ganhar três vezes mais que o segundo, em um prazo de 10 meses, este terá R\$ 10.320,95 a mais que aquele.

Percebe-se, assim, que o mais importante na economia doméstica é o balanço patrimonial e o fluxo de caixa.

Balanço patrimonial pode ser compreendido como o retrato atual da empresa. É uma maneira sensata de resumir e organizar seu patrimônio, ou seja, o que a empresa possui, suas dívidas, e a diferença entre os dois, num dado momento. (ROSS, 2000).

Já fluxo de caixa pode ser definido como a representação de entradas e saídas de caixa ao longo do tempo. Em um fluxo de caixa, deve existir pelo menos uma saída e pelo menos uma entrada. (FRANKENBERG, 1999).

Com essas duas ferramentas é possível visualizar a situação atual das finanças individuais e planejá-la a médio e longo prazos, assim como feito nas empresas. Caso o saldo seja deficitário, isso poderá ser visualizado previamente e um replanejamento dos gastos será necessário para adequação orçamentária.

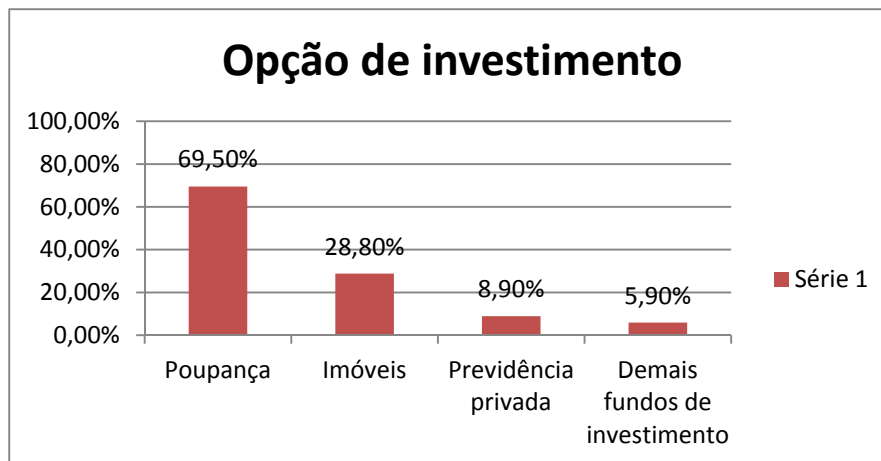
Em A árvore do dinheiro, Macedo (2013), sugere que a organização das finanças por meio do balanço patrimonial e do fluxo de caixa contribui para a diminuição dos gastos ao cortar desperdícios e pagamento de juros desnecessários. Ainda de acordo com o autor, para realizar o orçamento doméstico, deve-se avaliar o valor total da renda e traçar uma estimativa dos gastos, discriminando as despesas periódicas e as despesas eventuais.

Alguns indivíduos possuem suas contas financeiras bem planejadas e detêm sobras de capital mensal, gerando um montante com possibilidade de investimento.

Segundo levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), a poupança é o investimento mais realizado pelos brasileiros, apesar de não ser o que apresenta a maior rentabilidade entre os demais tipos ofertados. Pode-se relacionar tal fato devido ao desconhecimento das opções possíveis com riscos semelhantes. Outro fator atrativo da poupança é sua liquidez, que garante que o investidor possa retirar sua aplicação no momento em que necessitar ou desejar fazê-lo.

O SPC Brasil e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) realizou uma pesquisa sobre a opção de investimentos dos brasileiros que expôs o seguinte cenário descrito no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Opção de investimento da população brasileira em 2016



Fonte: BRASIL (2013)

Percebe-se que a poupança apresenta percentual de investimento maior que a soma dos demais investimentos citados pelos entrevistados. Segundo a pesquisa, a percepção de segurança e o desejo de evitar a possibilidade de perda financeira são as razões mais citadas para a adoção da poupança como opção principal de investimento.

Embora seja, atualmente, o investimento de menor risco e maior liquidez, a poupança é a alternativa que apresenta o menor retorno financeiro ao investidor. Diante disso, questiona-se: quais as principais opções de renda fixa para o investidor pessoa física com pouco capital à ser investido?

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é expor as opções para investimento que apresentam melhores resultados que a poupança, motivando o investidor a buscar as opções disponíveis no mercado que favoreça o aumento do seu patrimônio.

Com a intenção de realizar uma abordagem diferenciada do tema, inicialmente serão abordados alguns conceitos importantes para o desenvolvimento da análise. Em seguida, são apresentados, desenvolvidos e parametrizados os investimentos de renda fixa mais difundidos no mercado. Por último, a comparação entre os possíveis investimentos será abordada nas considerações finais.

O potencial investidor sem experiência ou sem conhecimento sobre o mercado financeiro poderá embasar suas decisões, o que proporcionará maior assertividade no investimento. A pesquisa feita pelo SPC Brasil e a Confederação

Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) indica que 33,8% dos investimentos realizados são escolhidos pelos gerentes financeiros. Esses gerentes podem, por sua vez, analisar os investimentos visando os interesses das organizações das quais fazem parte, prejudicando, assim, o investidor em suas aplicações. Diante desse cenário este artigo pretende fornecer ao potencial investidor sem experiência ou sem conhecimento sobre o mercado financeiro subsídios para embasar suas decisões, a fim de garantir possibilidades de maior assertividade nos investimentos.

3 INVESTIMENTOS: PRINCIPAIS CONCEITOS

3.1 Investimento

Segundo Norton e Reilly (2008), investimento é o comprometimento atual de recursos por determinado período na expectativa de receber recursos futuros que compensarão o investidor pelo tempo durante o qual os recursos ficaram comprometidos, pela taxa esperada de inflação e pelo risco – a incerteza quanto aos pagamentos futuros. O investidor troca uma quantidade conhecida de recursos por recursos futuros esperados, que serão maiores do que o valor corrente desembolsado.

Já Gitman e Joehnk (2005) definem investimento como qualquer instrumento em que os fundos disponíveis podem ser colocados com expectativa de que gerarão renda positiva e/ou que seu valor será preservado ou aumentado.

Assim pode-se afirmar que investimento pessoal, é a aplicação da diferença entre renda e gastos, ou seja, a poupança, com a expectativa de receber retorno financeiro por essa ação.

Para diferentes perfis de investidores, há diversos tipos de investimentos, os quais podem ser títulos ou propriedades, direto ou indireto, de baixo ou alto risco, de curto ou longo prazo, entre outras características particulares.

A opção de investir pode ser feita por meio de intuição, estudo minucioso dos fatores que envolvem a ação ou simplesmente delegando a terceiros, geralmente agentes financeiros ou gerentes de banco. Os motivos para investir são peculiares de cada investidor, seja para adquirir um bem no futuro cujo montante de capital atual não oferece condições para tal, seja para montar ou adquirir uma

previdência privada onde se assegura nos anos que estará economicamente improdutivo, ou ainda simplesmente aumentar o patrimônio pessoal.

Como afirmado por Norton e Reilly (2008), há basicamente dois grandes grupos de investimentos para uma carteira: ativos reais e ativos financeiros. Os ativos reais são tangíveis, ou seja, são concretos, podem-se vê-los e sentir seus efeitos, como terrenos, edificações e equipamentos. Os ativos financeiros, por sua vez, têm sido desenvolvidos para representar direitos sobre ativos reais. Tais direitos podem ser direitos de propriedade (ações ordinárias), dívidas (crédito mercantil, empréstimos bancários, obrigações e notas), ou mesmo direitos referenciados no valor de outros ativos financeiros (debênture).

3.2 Valor do dinheiro no tempo

Não é difícil ocorrer situações em que indivíduos comparam o preço que pagaram em determinado produto em uma data anterior, com o valor do mesmo produto tempos depois. Esse fato pode ser tomado como a exemplificação do valor do dinheiro no tempo. A mesma unidade de dinheiro hoje possuía um valor diferente no passado e, provavelmente, terá um valor diferente no futuro.

De acordo com Gitman e Joehnk (2005), o valor do dinheiro no tempo se refere ao fato de que, contando que existam oportunidades juros, o valor do dinheiro é afetado pelo ponto no tempo em que o mesmo é recebido.

3.3 Retorno e risco do investimento

No contexto das atividades de investimentos, existe uma máxima que diz: quanto maior o retorno esperado, maior será o risco do investimento. Risco é a possibilidade de ocorrer fatos inesperados – ou seja, perdas – e retorno é a remuneração obtida a partir do investimento.

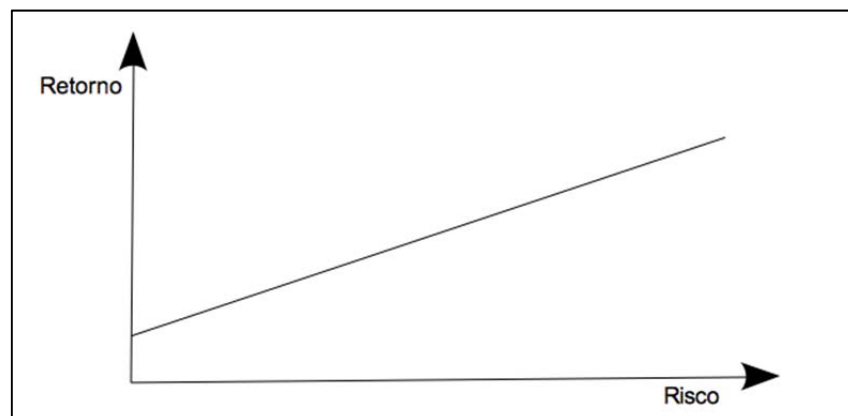
Suponha-se que um ativo “A” oferece retorno de 5% ao ano sem riscos, e um outro ativo, “B”, oferece o mesmo rendimento com um risco considerável. Diante das duas possibilidades, qual ativo escolher? A escolha é clara que será o investimento “A”, uma vez que alcançará o mesmo retorno de “B” sem risco algum.

Suponha-se, ainda, um segundo cenário em que um investimento “C” proporcionará um retorno de 13% ao ano e com risco moderado, enquanto um investimento “D” oferecerá um retorno de 10% ao ano com risco baixo. Nessa última suposição, a decisão de investimento não é tão óbvia quanto na primeira, uma vez que o investimento “C” apresenta maior rendimento e maior risco que “D”.

“Não há um motivo forte para que alguém aplique seu próprio dinheiro em uma ação com risco tendo um retorno esperado menor que o de uma alternativa sem risco. (...) Ativos com risco maior sempre devem oferecer retorno esperado mais alto.” (NORTON e REILLY 2008 p. 4)

O Gráfico 2 apresenta a relação entre risco e retorno esperado.

Gráfico 2 - Relação entre risco e retorno



Fonte: <https://elevenfinanciam.com/qual-e-relacao-entre-risco-e-retorno/>. Acesso em 23 set. 2018

3.4 Liquidez

O Caderno de Educação Financeira (2013), distribuído pelo Banco Central brasileiro, define liquidez como a capacidade de um artigo ou investimento ser transformado em dinheiro, a qualquer momento e por um preço justo.

Os investimentos possuem níveis de liquidez diferenciados. A caderneta de poupança, por exemplo, com possibilidade de saque imediato, tem alto índice de liquidez. Já imóveis apresentam níveis de liquidez baixos, uma vez que sua venda pode demorar um período razoável para se concretizar.

3.5 Análise do perfil do investidor

As pessoas são diferentes em todos os aspectos da vida. Gostos musicais, paladar, aptidões profissionais, moda, orientação sexual e cor preferida, por exemplo, são distintos para cada indivíduo. Isso não seria diferente no âmbito do investimento. Nesse contexto, os investidores são classificados como conservadores, moderados e arrojados.

Investidores conservadores privilegiam a segurança abrindo mão de retornos maiores. Os arrojados buscam maximizar sua renda, ficando expostos, assim, a maiores riscos. Já os moderados procuram equilibrar segurança e rentabilidade.

3.6 Fundo Garantidor de Crédito (FGC)

Fundo Garantidor de Crédito (FGC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismos de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras.

São objeto de garantia ordinária os seguintes créditos:

depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;

depósitos de poupança;

depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado (CDB, RDB);

depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes a prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;

letras de câmbio (LC);

letras imobiliárias (LI);

letras hipotecárias (LH);

letras de crédito imobiliário (LCI);

letras de crédito do agronegócio (LCA), e;

operações compromissadas que têm como objeto títulos emitidos, após 8 de março de 2012, por empresa ligada.

O valor máximo de cada pessoa, física (CPF) ou jurídica (CNPJ), contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro será garantido até o valor de R\$ 250.000,00.

3.7 Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

O CDI é um título de renda fixa negociado exclusivamente entre instituições financeiras, com o prazo curto de um dia.

Custódio (2018) exemplifica o funcionamento do CDI em seu artigo da seguinte maneira: “Funciona assim: por regra do Banco Central, os bancos precisam “fechar” o dia com saldo positivo no caixa, mas se em um dia eles tiverem saques acima do previsto e que superem os depósitos podem acabar fechando o dia negativo, e para isso pegam dinheiro emprestado” (CUSTÓDIO, 2018).

Muller (2015) afirma Os CDIs negociados por um dia são utilizados para o cálculo da taxa média diária CDI, referência para maior parte dos títulos de renda fixa ofertado aos investidores, divulgada de forma anualizada.

4 METODOLOGIA

Após revisão da literatura pertinente ao tema, inicialmente foram abordados conceitos relativos ao contexto de investimentos a fim de facilitar o entendimento dos tipos de investimentos abordados posteriormente. EM seguida, procedeu-se à apresentação, desenvolvimento e parametrização dos investimentos de renda fixa mais difundidos no mercado. Nas considerações finais, elaborou-se uma planilha comparativa das possibilidades de investimentos descritas neste artigo e concluído com a análise de onde o investidor pode aplicar seu dinheiro.

5 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE INVESTIMENTOS

5.1 Investimentos de curto prazo

Por Gitman e Joehnk (2005), os investimentos de curto prazo podem ser exemplificados pelas cadernetas de poupança que geralmente têm vida de um ano ou menos. Nelas, o risco é extremamente baixo ou inexistente e, por consequência, seu retorno é baixo. Sua liquidez é alta, ou seja, podem ser convertidos rapidamente em dinheiro.

Em geral, são utilizados para se guardar o montante do dinheiro até que se faça o estudo de onde se deve realmente aplicar o dinheiro. No Brasil, essa modalidade é a mais utilizada pelos investidores.

5.2 Ações ordinárias e ações preferenciais

Ainda de acordo com Gitman e Joehnk (2005), ações ordinárias e preferenciais são um investimento em ações que representam propriedade em uma corporação. Os ganhos vêm de duas fontes: dividendos ou ganhos de capital. Os dividendos são pagamentos periódicos feitos pela corporação a seus acionistas. Os ganhos de capital resultam da venda das ações.

5.3 Fundos mútuos

Segundo o website institucional da XP Investimentos¹, os fundos mútuos, ou fundo de investimentos, são um conjunto de investimentos diferentes, em um mesmo pacote, em que cada investidor pode comprar uma cota. O gestor do fundo poderá montar a carteira com Ações, Títulos, Derivativos, Commodities, Moeda, entre outros.

¹ <https://www.xpi.com.br/investimentos/fundos-de-investimento/>

5.4 Imóveis e tangíveis

Gitman e Joehnk (2005) definem os imóveis consistem em residências, terrenos e outras formas de propriedade. O retorno é obtido pela forma de aluguel e ganho de capital.

Os tangíveis são ativos de investimentos, exceto imóveis, que podem ser vistos ou tocados. Como exemplo, podem ser citados máquinas, obras de arte, itens colecionáveis, metais preciosos, entre outros. O retorno vem pela forma quase exclusiva do ganho de capital.

5.5 Títulos de renda fixa

Uma sociedade é composta, geralmente, por indivíduos e organizações que detêm capital e por indivíduos e organizações que demandam capital. Os primeiros repassam seus recursos aos segundos e estes, por sua vez, pagam o custo desse capital àqueles. Essa transação pode ser feita diretamente entre os agentes possuidores e demandantes de capital, ou pode haver instituições que captam e distribuem tais recursos, que são os bancos comerciais.

A principal forma de conceder o capital aos demandantes é o empréstimo e uma forma de captar os recursos é a emissão de títulos de renda fixa.

Título de renda fixa é um documento que comprova que um empréstimo foi realizado pelo investidor ao emissor do título, obrigando este a devolver o valor emprestado remunerado em uma data pré-estabelecida. Nesse documento constam, também, prazos, taxa de juros, forma de remuneração, entre outras informações necessárias à operação. (MULLER 2015 p. 31).

Gitman e Joehnk (2005) caracterizam os títulos de renda fixa, também chamados de títulos de dívida negociáveis, como obrigações negociáveis a longo prazo, negociadas publicamente por uma variedade de organizações tomadoras de empréstimos. As obrigações de saldar a dívida das emitentes são fixadas, ou seja, a organização emite concordata em pagar um montante fixo de juros periodicamente e em restituir o montante fixo principal no vencimento.

Por tratar-se de um título de renda fixa, na aquisição do mesmo, o investidor já sabe qual será sua rentabilidade ou qual serão os parâmetros de cálculo utilizados para sua definição. Tal fato faz esses títulos serem os mais indicados aos investidores conservadores e moderados.

Para Lima, Galardi e Neubauer (2008), os investimentos de renda fixa são as aplicações que definem a taxa de juros a ser aplicada ou, ainda, indicam um índice que será aplicado para corrigir o valor principal. Na maioria dos casos, os investimentos de renda fixa também apresentam um prazo fixo de resgate.

A seguir, tem-se a explanação dos principais opções de títulos de renda fixa para investimento de pessoas físicas para que o investidor possa ter uma visão global das oportunidades. Vale ressaltar que não existe o melhor investimento, mas, sim, o que mais se adapta à realidade e expectativas do investidor.

No mercado há outras opções de investimentos, todavia esse artigo atenderá para os principais títulos de renda fixa.

6 TÍTULOS PRIVADOS DE RENDA FIXA

6.1 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Ferreira (2015) define CDB como um instrumento de captação de poupança.

A XP Investimentos caracteriza o CDB como o título que os bancos emitem para se capitalizar, ou seja, conseguir dinheiro para financiar suas atividades de crédito.

Pode-se afirmar que ao adquirir um CDB, o investidor está emprestando dinheiro ao banco em troca de rentabilidade.

Existem três tipos principais de CDBs: os prefixados, os que pagam juros mais um percentual da inflação e os pós-fixados. Na primeira, a taxa da remuneração é acordada entre investidor e banco no ato da compra. Na segunda, a remuneração varia de acordo com o índice da inflação, sendo o mais comum o IPCA acrescido de uma taxa prefixada. O terceiro é o tipo mais comum, o pós-fixado, em que a rentabilidade do investimento é baseada em alguma taxa de referência, sendo a principal o CDI (XP INVESTIMENTOS, 2018).

A rentabilidade varia de instituição para instituição, sendo informadas em sua forma efetiva anual (% a.a.). O prazo de aplicação também pode variar a cada aquisição, não existindo prazo mínimo ou máximo. Ou seja, os parâmetros são de livre negociação entre as partes envolvidas. O que limita esse prazo é o pagamento dos impostos.

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto de Renda (IR) incidem sobre o rendimento do CDB conforme a Tabela 1 e a Tabela 2.

Tabela 1 – Tabela do IOF

Dias	% IOF	Dias	% IOF	Dias	% IOF
1	96%	11	63%	21	30%
2	93%	12	60%	22	26%
3	90%	13	56%	23	23%
4	86%	14	53%	24	20%
5	83%	15	50%	25	16%
6	80%	16	46%	26	13%
7	76%	17	43%	27	10%
8	73%	18	40%	28	6%
9	70%	19	36%	29	3%
10	66%	20	33%	30	0%

Fonte: FERREIRA, 2015.

Tabela 2 - Alíquota de Imposto de Renda

Prazo em dias corridos	Alíquota de IR
$30 \leq dc < 180$	22,5%
$181 \leq dc \leq 360$	20,0%
$361 \leq dc \leq 720$	17,5%
$dc \geq 721$	15,0%

Fonte: FERREIRA, 2015.

O resgate dos CDBs pode ter liquidez diária ou no vencimento. O CDB que tem liquidez no vencimento pode ser negociado ou resgatado em mercado secundário por endosso nominativo antes de seu vencimento. Todavia, esse resgate antecipado não é aconselhado, tendo em vista as perdas de rentabilidade, por se submeterem a deságios ou descontos desfavoráveis impostos pelas instituições financeiras. (FERREIRA, 2015)

Um fator relevante do CDB é que o título é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

6.2 Letra de Câmbio (LC)

A Letra de Câmbio, assim como o CDB, é um investimento de renda fixa. No CDB, o investidor empresta dinheiro aos bancos em troca de uma remuneração. O processo da LC é semelhante ao do CDB, porém, o tomador do empréstimo é uma financeira.

O rendimento das LCs pode ser prefixado, pós-fixado ou híbrido, geralmente atrelado ao CDI ou IPCA, com rentabilidade diária.

Segundo a Rico, em seu website institucional, cada instituição emissora define seu prazo do título. A rentabilidade costuma ser maior quanto maior for o prazo na contratação. Existem títulos de curto, médio e longo prazo.

Sobre as LCs incidem o Imposto de Renda sobre o rendimento, conforme a Tabela 2, e o IOF, conforme a Tabela 1.

6.3 Letra de Crédito Imobiliário (LCI)

As Letras de Crédito Imobiliário, assim como o CDB, são títulos emitidos pelos bancos com o intuito de captar dinheiro dos investidores e remunerá-los. São títulos de renda fixa, lastreados por crédito imobiliário e garantidos por hipotecas ou por alienação fundiária de imóveis (FERREIRA, 2015).

Ferreira salienta que as remunerações, assim como os CDBs, podem ocorrer por meio de taxas de juros fixas ou flutuantes, atreladas principalmente ao CDI, à Taxa Referencial (TR) ou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Essa remuneração é acordada no momento da aquisição do título.

No que tange aos prazos de aplicação, as LCI são investimentos de curto e médio prazo, obedecendo à seguinte regra relativo aos prazos mínimos para resgate:

36 meses, contados da data de sua emissão, quando atualizada mensalmente por índice de preço;

12 meses, contados da data de sua emissão, quando atualizado anualmente por índice de preços;

60 dias, contados da data de sua emissão, nos demais casos

A grande vantagem da LCI é que, sobre ela não incide o IR para investimentos de pessoa física. O IOF sobre o rendimento é de acordo com a Tabela

1, todavia não é provável que se realize investimentos em LCI inferiores a 30 dias. Além disso, o investimento também é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito.

6.4 Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

Do ponto de vista do investidor, não há diferença entre investir em LCI ou em LCA. O que muda entre os dois tipos de investimentos é o lastro.

As LCAs são títulos emitidos pelos bancos com finalidade de arrecadar capital e emprestá-lo ao setor do agronegócio.

Quanto aos parâmetros, os dois investimentos são semelhantes.

6.5 Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são títulos de créditos normativos destinados a financiar transações do mercado imobiliário, lastreado por crédito imobiliário, emitidos exclusivamente por companhias securitizadoras.

Segundo Fernando Gaggini (2014), consiste a securitização de recebíveis a operação na qual uma empresa, que chamaremos de originadora, transfere créditos para uma outra empresa, que chamaremos de securitizadora, constituída especificamente para a execução deste projeto. Essa empresa adquirirá os créditos da originadora e, tendo-os por lastro, emitirá títulos e valores mobiliários, que serão ofertados publicamente no mercado de capitais. Com os recursos obtidos por meio desta oferta pública e títulos e valores mobiliários, a securitizadora pagará à originadora pelos créditos a ela cedidos.

Na prática, pode-se exemplificar da seguinte forma: uma construtora de imóveis residenciais lança um empreendimento imobiliário e vende aos clientes apartamentos na planta que serão entregues em um prazo de 2 anos. Os compradores financiam esses imóveis assumindo parcelas até a entrega das chaves. Através de um CRI, essa construtora vende esses recebíveis para terceiros e consegue capitalizar o valor total à vista que só receberia no fim das obras. Essa transação é feita pelas citadas companhias securitizadoras.

Como vantagem, destaca-se que o CRI é isento de IOF e Imposto de Renda para pessoa física, porém, não é protegido pelo Fundo Garantidor de Crédito.

A liquidez da aplicação é negociada na aquisição do título entre o comprador e o ofertante. Geralmente, as CRIs têm longos prazos de investimento, podendo ultrapassar quatro anos de aplicação.

De acordo com a corretora de valores Rico², a remuneração das CRIs é variável, podendo ser prefixadas, ou atreladas principalmente ao CDI ou ao IPCA ou IGP-M mais uma taxa. Esses juros são pagos de forma semestral ou anual, todavia o valor total somente após o vencimento.

6.6 Certificado de recebíveis agrícolas (CRA)

Assim como o LCI e o LCA, o CRI e CRA apresentam as mesmas características no que tange aos aspectos de investimento divergindo no seguimento do investimento.

CRA é uma forma de financiamento do mercado do agronegócio e é emitido com lastro em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas e terceiros, sendo esses financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. (ARAUJO, 2017)

6.7 Debêntures

É comum as empresas necessitarem de capital para realizar investimentos, aumentar o capital de giro e diversas outras atividades e optar por não utilizar o capital próprio. Nessa situação, as organizações precisam de financiar suas atividades e, ao invés de tomar empréstimos bancários, com altas taxas de juros e regras definidas pelos bancos, elas emitem as chamadas Debêntures e tomam empréstimos com investidores com regras que elas próprias definem.

Em outras palavras, Lima, Silva e Silva (2012) definem Debênture como um título de crédito, de médio ou longo prazo, que algumas organizações de capital aberto ou fechado concedem a pessoas físicas ou jurídicas, tornando-as financiadores de seus projetos.

² <https://www.rico.com.vc/cri-cra>

As Debêntures são negociadas na Bolsa de Valores, logo para o pequeno investidor pessoa física o mais recomendado é procurar uma corretora de valores. Existem dois mercados em que as Debêntures são negociadas: o mercado primário e o mercado secundário.

No mercado primário, as empresas lançam as Debêntures no mercado e o investidor paga seu valor nominal, uma vez que o mesmo realiza a compra direta. No mercado secundário, o comprador inicial pode vender sua Debênture a terceiros e os valores aplicados dependem das conjunturas do mercado.

De acordo com a corretora de valores Rico³, existem três tipos de Debêntures: as Simples, que são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora; as Conversíveis, que são títulos com possibilidade de conversão em ações da companhia emissora; e as Incentivadas, que são títulos isentos de Imposto de Renda pois recebem um incentivo fiscal do governo federal pois usam o recurso captado em obras de infraestrutura.

Os prazos de vencimento das Debêntures costumam ser longos – 3, 5 ou até 10 anos – e caso o investidor opte por retirar seu capital aplicado antes do vencimento, deve vendê-las no mercado secundário, ficando vulnerável às condições do mercado.

No que tange ao rendimento das Debêntures, como cada empresa emissora define o quanto e como irá pagar pelo dinheiro que toma emprestado, varia de uma empresa para outra podendo ser prefixado, pós-fixado, ou misto com uma taxa fixa mais um indexador.

Sobre as Debêntures, conforme tabela da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), o IOF sobre o rendimento é conforme a Tabela 1 e o Imposto de Renda a Tabela 2, com exceção das Debêntures incentivadas, em que não incide o IR.

As debêntures não têm proteção do FGC. Assim, é preciso saber escolher os melhores ativos, e para isso lança-se mão do Rating. Rating é nota de classificação de risco de crédito realizada por agência de classificação de risco como Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Basicamente, elas avaliam a possibilidade de a entidade emissora do título saldar suas dívidas. Essa nota varia de A a D e quanto mais próxima de A, mais confiável é a Debênture (Rico, 2018)

³ <https://blog.rico.com.br/tudo-sobre-debentures>

7 TÍTULOS PÚBLICOS DE RENDA FIXA

7.1 Tesouro Direto

Conforme citado por Ferreira (2015), o Tesouro Direto surgiu visando à transparência da Dívida Pública, à formação de poupança de longo prazo oriunda de pessoa física e o financiamento do déficit orçamentário. Paralelo a essas metas, o Tesouro Direto foi criado com o objetivo de fornecer educação financeira para população brasileira, aproximando os cidadãos do Tesouro Nacional e aos assuntos tratados pelo órgão.

A XP investimentos traz um conceito simples e de fácil entendimento. Tesouro Direto, de acordo com a organização, é um programa de negociação eletrônica de títulos públicos para pessoas físicas. Em outras palavras, é um empréstimo de dinheiro da pessoa física ao governo.

De modo geral, pode-se afirmar que o Tesouro Direto, dentre os investimentos de renda fixa, é o mais seguro, apesar de não ser coberto pelo FGC, uma vez que é emitido pelo governo, órgão máximo nacional. Outra vantagem desse título é a facilidade em adquiri-lo e sua acessibilidade. É possível investimentos a partir de R\$ 30,00. Além disso, o Tesouro Direto tem liquidez diária.

O título do Tesouro Direto, segundo Ferreira, tem data de vencimento e, se resgatado apenas nessa data, o aplicador tem a certeza do valor que irá retirar, para títulos prefixados, ou, na pior das hipóteses, um valor de resgate girando em torno daquele calculado, para títulos pós-fixados. Entretanto, o aplicador, às vezes, necessita resgatar esse valor antes da data do vencimento e quando isso ocorre haverá um novo cálculo para o valor do resgate bruto, agora submetido a outra taxa de venda do título fornecida pelo jogo da oferta e demanda do mercado.

A corretora de valores Rico⁴ ressalta que, além da rentabilidade dos juros gerados no Tesouro Direto, o investidor pode obter lucro na venda antecipada, pois os títulos são precificados diariamente conforme as expectativas do mercado quanto aos juros futuros.

⁴ <https://blog.rico.com.br/topic/tesouro-direto>

Todas essas vantagens têm um ônus, as taxas. Por ser um título público, há um certo desinteresse dos agentes financeiros em vender as mesmas em detrimento da venda dos seus próprios títulos. As taxas de administração no momento da compra e no resgate dessa aplicação pode chegar em até 2%. Devido a isso, faz-se necessário a pesquisa detalhada da corretagem dos agentes financeiros. Contemporaneamente, em 2018, encontra-se diversas corretoras de valores digitais que não cobram essa taxa, como é o caso da RICO e da XP Investimentos.

Além dessa taxa de administração, incide sobre o Tesouro Direto a Taxa de Custódia, cobrada pela BM&FBOVESPA, ou B3, bolsa de valores oficial do Brasil, de 0,3% a.a. sobre o valor dos títulos e as Taxa de Imposto de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras de acordo com a Tabela 2 e a Tabela 1 respectivamente.

Conforme a remuneração, os títulos de Tesouro Direto são divididos em:

Letras do Tesouro Nacional (LTN): título de renda fixa prefixada com valor de resgate líquido somente no vencimento, tanto dos juros quanto do valor principal. Ideal para investimentos de médio e longo prazo;

Letras Financeiras do Tesouro (LTF): título de renda fixa pós-fixado, com indexador a taxa básica de juros da economia, Selic, e uma taxa de ágio ou deságio, de acordo com a oferta e demanda no momento da compra com valor de resgate líquido somente no vencimento, tanto dos juros quanto do valor principal. Ideal para investimentos de curto prazo;

Notas do Tesouro Nacional série B Principal (NTN-B Principal): título de renda fixa pós-fixado, com indexador a inflação oficial IPCA, e uma taxa de juros definida na compra com valor de resgate líquido somente no vencimento, tanto dos juros quanto do valor principal. Ideal para investimentos de longo prazo;

Notas do Tesouro Nacional série B Semestral (NTN-B Semestral): título de renda fixa pós-fixado, com indexador a inflação oficial IPCA, e uma taxa de juros definida na compra e com pagamento semestral dos juros e principal no vencimento. Ideal para investimentos de longo prazo;

Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F): título de renda fixa prefixado, com taxa de juros definida na hora da compra e com pagamento semestral dos juros e principal no vencimento. Ideal para investimentos de médio e longo prazo;

Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C): título de renda fixa pós-fixado, com indexador o IGP-M, e uma taxa de juros definida na compra e com pagamento semestral dos juros e principal no vencimento. Ideal para investimentos de médio e longo prazo.

8 CONCLUSÃO - ELABORANDO PLANOS DE INVESTIMENTOS

Os principais títulos de investimentos em renda fixa foram descritos nesse artigo e para aperfeiçoar sua visualização e comparação, foram elaboradas a Tabela 3 e a Tabela 4:

Tabela 3 - Títulos privados de renda fixa

Tabela 3 - Títulos privados de renda fixa						
Investimento	Rentabilidade	IOF	IR	Prazo	FGC	Resgate
CDB	Prefixada Juros + IPCA x% do CDI	✓	✓	Curto prazo Médio prazo Longo prazo	✓	Liquidez diária; No vencimento ⁽¹⁾
LC	Prefixada Juros + IPCA x% do CDI	✓	✓	Curto prazo Médio prazo Longo prazo	✓	Liquidez diária; No vencimento ⁽¹⁾
LCI	Prefixada Juros + Taxa (TR ou x% do CDI)	✓	✗	Curto prazo Médio prazo	✓	No vencimento
LCA	Prefixada Juros + Taxa (TR ou x% do CDI)	✓	✗	Curto prazo Médio prazo	✓	No vencimento
CRI	Prefixada Juros + IPCA x% do CDI	✗	✗	Longo prazo	✗	No vencimento ⁽²⁾
CRA	Prefixada Juros + IPCA x% do CDI	✗	✗	Longo prazo	✗	No vencimento ⁽²⁾
Debênture	Prefixada Juros + IPCA x% do CDI	✓	✓	Médio prazo Longo prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾
Debênture Incentivada	Prefixada Juros + IPCA x% do CDI	✗	✗	Longo prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor – Inflação
 CDI – Certificado de Depósito Interbancário
 TR – Taxa Referencial
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

Curto prazo – 0 a 1 ano
 Médio prazo – 1 a 3 anos
 Longo prazo – acima de 3 anos

⁽¹⁾ Podendo ser negociada no mercado secundário;

⁽²⁾ Rendimento pago semestralmente

Fonte: dados elaborados pelo autor.

Tabela 4 - Títulos públicos de renda fixa

Tabela 4 - Títulos públicos de renda fixa								
Investimento	Rentabilidade	Taxa de administração	Taxa de custódia	IOF	IR	Prazo	FGC	Resgate
Tesouro Direto LTN	Prefixada	✓	✓	✓	✓	Médio prazo Longo prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾
Tesouro Direto LFT	Juros + Selic	✓	✓	✓	✓	Curto prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾
Tesouro Direto NTN-B Principal	Juros + IPCA	✓	✓	✓	✓	Longo prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾
Tesouro Direto NTN-B Semestral	Juros + IPCA	✓	✓	✓	✓	Longo prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾⁽²⁾
Tesouro Direto NTN-F	Prefixada	✓	✓	✓	✓	Médio prazo Longo prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾⁽²⁾
Tesouro Direto NTN-C	Juros + IGP-M	✓	✓	✓	✓	Médio prazo Longo prazo	✗	No vencimento ⁽¹⁾⁽²⁾

Selic – Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
 IPCA – Índice de Preços ao Consumidor – Inflação
 IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado

Curto prazo – 0 a 1 ano
 Médio prazo – 1 a 3 anos
 Longo prazo – acima de 3 anos

⁽¹⁾ Podendo ser negociada no mercado
⁽²⁾ Rendimento pago semestralmente

Fonte: dados elaborados pelo autor.

Pelas Tabelas 3 e 4 vê-se que são numerosas as opções de investimentos e cada uma com suas particularidades. Logo, chega-se à conclusão de que é necessário definir os objetivos e premissas para a seleção do melhor investimento a ser realizado.

Antes de investir, deve-se levantar o patrimônio e, com ajuda do fluxo de caixa, ter conhecimento das receitas do indivíduo, seus gastos e o saldo disponível para investimento. As necessidades diárias devem ser providas adequadamente, porém, para obter resultados mais assertivos, o consumo e o estilo de vida podem ser reduzidos visando ganhos futuros.

É necessário prever também os gastos emergenciais como enfermidade, morte ou mesmo a incapacidade de continuar gerando receitas. Caso o investidor não possua essa reserva, realizar investimentos em longo prazo e com baixa liquidez pode gerar transtornos.

No que tange ao prazo do investimento, tudo dependerá do objetivo ao qual o indivíduo abre mão do gasto no momento presente para ser recompensado com uma remuneração e realizar esse gasto no futuro. Há diversos tipos de objetivos e, basicamente, se distribuem em: curto prazo (0 a 1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (acima de 3 anos). Investir para adquirir um aparelho eletrônico pode ser um investimento de curto prazo. Investir para comprar um carro ou trocar os equipamentos da casa, para um determinado investidor, é um

investimento de médio prazo. Já a compra de uma casa, ou acumular fundos para a aposentadoria ou mesmo conquistar a tão sonhada independência financeira é um investimento a longo prazo. Definir o objetivo do investimento fará o investidor escolher a melhor opção quando o quesito é prazo.

Como viu-se nesse artigo, a rentabilidade dos investimentos é variável e a economia nacional interfere na escolha do melhor investimento. Assim, caso o investidor não tenha conhecimento necessário para realizar tais escolhas, é recomendado que o mesmo procure um agente de corretoras de investimentos. Já há no mercado consultorias online ou mesmo administrações de carteiras sem custos ao investidor. Mas como pode existir administração da carteira sem custo? Esses administradores são remunerados pelas corretoras com um percentual dos rendimentos gerados pela carteira do investidor. As corretoras, que proporcionam taxas mais atrativas que os bancos, ganham em números de investimentos pois tem lucros menores.

É de conhecimento popular a frase que diz que o investidor não deve colocar todos os ovos em uma única cesta. Isso se dá na tentativa de reduzir os riscos das aplicações e maximizar o lucro da carteira montada pelo investidor. Ora, se todo o capital de um investidor está aplicado em um único título e a instituição emissora do mesmo quebra, esse investidor perde todo seu patrimônio caso o título não esteja segurado pelo FGC. Por outro lado, tendo uma carteira diversificada, o investidor pode não obter resultados favoráveis em um investimento, mas ser compensado por outro. Assim, com uma carteira heterogênea é possível obter melhores resultados.

Uma vez que a carteira foi montada, deve-se acompanhar e medir seus resultados para aprimorar os próximos investimentos a serem realizados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS. *Tributação de Ativos e Operações Financeiras – IR e IOF*. São Paulo, 2016.

ARAUJO, Tatiana Scarparo. *Certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio: discussão e definição do conceito do lastro do recebível*. São Paulo: Insper, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Educação Financeira. *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013

CUSTÓDIO, Juliano. *CDI: o que é o CDI?* Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/cdi-certificado-de-deposito-interbancario/>. Acesso em: 09 set. 2018.

FRANKENBERG, Louis. *Seu futuro financeiro*. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FERREIRA, Roberto G. *Tesouro direto e outros investimentos financeiros: LTN, LFT, NTN, CDB, RDB, LCI e LI: Planos financeiros e atuariais de aposentadoria*. São Paulo: Atlas, 2015

GAGGINI, Fernando Schwarz; BARROS, L. F.; BARBOSA, R. A. *Securitização de recebíveis*. 2014.

GITMAN, Lawrence J.; JOEHNK Michael D. *Princípios de investimentos*. 8 ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2005.

GRÜSSNER, Paula Medaglia. *Administrando as finanças pessoais para criação de patrimônio*. Porto Alegre: UFRS, 2007.

LIMA, Bruna Pinheiro de; SILVA, Clarice Simões da; SILVA, Juliana Bispo da. *Debênture*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012

LIMA, Iran Siqueira; GALARDINI, Ney; NEUBAUER, Ingrid. *Mercado de investimentos financeiros*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACEDO JR., Jurandir Sell. *A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira*. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Érico V.; CORREIA NETO, Jocildo F. *Gestão financeira familiar: como as empresas fazem*. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

MULLER, Michelly Cavaliere. *Uma aplicação de matemática financeira à análise de títulos de renda fixa*. Vitória: UFES, 2015.

NORTON, Edgar A.; REILLY, Frank K. *Investimentos*. 7ed. São Paulo: Cenagage, 2008.

RICO. Disponível em: <https://www.rico.com.vc/>. Acesso em: 16 set. 2018.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. *Princípios de administração financeira*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

XP INVESTIMENTOS. Disponível em: <https://www.xpi.com.br/>. Acesso em: 15 set. 2018.